

Vagas podem ter sido leiloadas na comissão mista

BRASÍLIA — Os deputados e senadores que dominaram nos últimos cinco anos a Comissão Mista de Orçamento do Congresso podem ter pago aos colegas para serem indicados relatores de ministérios e órgãos privilegiados com maior volume de recursos na lei orçamentária. A suspeita de que as subrelatorias eram leiloadas foi investigada pela subcomissão de emendas e deve constar no relatório final da CPI, a ser apresentado sexta-feira, pelo deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

“Esta foi uma das pistas mais difíceis que recebemos”, revelou um integrante da subcomissão. Segundo ele, a apuração da denúncia, não concluída pela subcomissão de emendas, terá continuidade no Ministério Público Federal (MPF) para o qual serão enviados os documentos da CPI. Depois de quase três meses de investigação, a CPI conseguiu identificar o que será chamado no relatório final de “núcleo de poder” do Orçamento: um grupo de 15 parlamentares que controla a lei orçamentária desde 1985.

O constante rodízio dos “anões” e de seu grupo de influência nas subrelatorias da Comissão de Orçamento levaram à CPI a suspeitar de que houve acertos financeiros na distribuição dos cargos. Em seu relatório, a subcomissão lista os parlamentares que integraram o “núcleo do poder” em três fases. Alguns dos citados nem chegaram a ser investigados, outros ficaram livres de punições por falta de provas ou por inocência comprovada. A situação do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), ex-relator da Comissão, está sendo tratada em relatório especial, preparado pelo deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP).



Ricardo Fiúza, um dos deputados que correm o risco de punição